

Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2021/2025

Ata número nove

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo do Município, em Mêda, com início pelas 09 horas 13 minutos, em sessão ordinária de abril, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1 - Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

2 - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2022, do Município de Mêda;-----

Presidiu o presidente da Assembleia Municipal Luís Manuel Pêgo Todo Bom, tendo sido secretariado por António Carlos Proença Simão de Almeida (primeiro secretário) e Márcia Maria Pereira Raimundo (segundo secretário). -----

Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

João António Pêgo Zeferino, Marco Aurélio Mano Saldanha, Maria Adelaide Perdigão Pito (em substituição de Patrick dos Santos Morgado), Ana Filipa Damião Cardoso, João Paulo Damião Andrezo, José Augusto Heitor da Fonseca, João Jorge Ferreira Lourenço, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Pedro Miguel Soeiro Lourenço (em substituição de Miguel Ângelo Almeida Will), Fabiana Almeida Rodrigues, Dulce Isabel Ramos Pimenta e Maria Inês Soares Moreira.-----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos:, Antero Augusto Gomes Martins (Presidente de Junta de Freguesia da Barreira), António João Moreira (em substituição de Mário Jorge Pereira Almeida Domingues - Presidente de Junta de Freguesia da Coriscada), António Norberto Rodrigues Tairum (Presidente de Junta de Freguesia de Longroiva), Carlos Manuel Amado (em substituição Vanessa Alexandra Correia da Conceição - Presidente de Junta de Freguesia de Marialva), Jorge Miguel Graça Lourenço (Presidente de Junta de Freguesia do Poço do Canto), Pedro Alexandre Amaral Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia do Rabaçal), José Manuel Félix Lemos (Presidente de Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga), Nelson Fernando Andrade Gonçalves (Presidente de Junta de Freguesia de Prova e Casteição), Maria Armada Oliveira Coelho (em substituição de Artur Paulo Ricardo Primo - Presidente da Junta da União de Freguesias de Valeflor, Carvalhal e Paipenela), Joel Filipe Martins Cardoso (Presidente de Junta de Freguesia do Aveloso) e Filomena Ramos (em substituição de Vítor Manuel Almeida Gomes - Presidente de Junta de Freguesia de Ranhados).-----

Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, João Germano Mourato Leal Pinto, e os vereadores António César Valente Figueiredo, Anselmo Antunes de Sousa e Júlio Fernando Amado Félix.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **período aberto à intervenção do público**, para o qual Mesa não recebeu qualquer inscrição.-----

Período Antes da Ordem do Dia: -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

O primeiro secretário António Carlos Proença Simão de Almeida leu a correspondência recebida pela Mesa, tendo sido numerados e rubricados seis documentos, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

E-mail de Patrick Morgado de 20 de abril, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 26 de abril, pelo elemento a seguir da lista da Coligação PSD/CDS, Maria Adelaide Perdigão Pito, que foi convocada nos termos legais. -----

E-mail de Miguel Ângelo Almeida Will de 20 de abril, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 26 de abril, pelo elemento a seguir da lista do PS, Pedro Lourenço, que foi convocado nos termos legais. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

E-mail de Artur Paulo Ricardo Primo, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 26 de abril, indicando para o efeito Maria Armanda Oliveira Coelho. -----

REQUERIMENTO APRESENTADO PELO DEPUTADO JOÃO JORGE LOURENÇO (PS):-----

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mêda-----

João Jorge Ferreira Lourenço, Deputado eleito como cabeça de lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal a que Vª Ex.cia preside, vem, nos termos conjugados no disposto nos artigos 37º, n.º 1 e 48º, n.º 2 da Constituição da República, artigo 4º da Lei n.º 24/98 de 26 de Maio e dos artigos 15º, alíneas f) e g) e 60º do Regimento da Assembleia Municipal (de acordo com o disposto no artigo 37º, n.º 1, alínea b) do mesmo Regimento, requerer nos seguintes termos:-----

1. Com data de 28/11/2022 o Deputado ora signatário requereu, através de Vª Ex.cia, Presidente da Assembleia Municipal, todo um conjunto de informações sobre diversos encargos e custos da gestão do atual Executivo Camarário.-----

2. Tal requerimento constou do expediente (e como tal foi lido) da sessão de 07/12/2022 da Assembleia Municipal.-----

3. Ora, decorreram já **140 dias** da apresentação desse requerimento (sendo que destes **95 foram dias úteis!**) e não obtivemos qualquer resposta a tal requerimento.-----

4. Acentua-se que o n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 24/98 de 26 de Maio consigna que devem tais informações “...ser prestadas diretamente e **em prazo razoável**...”.-----

5. Além disso, o Artigo 60º do Regimento desta Assembleia Municipal prevê mesmo que “**A Câmara Municipal deve responder com a urgência que a questão justificar, não devendo a resposta exceder os 30 dias**”.-----

6. Acresce que o n.º 3 desse mesmo artigo 60º do Regimento da Assembleia Municipal prevê que “**Sempre que a Câmara Municipal não possa responder no prazo fixado,**

deve comunicar este facto por escrito ao Presidente da Assembleia, apresentando a respetiva fundamentação também por escrito”.-----

7. Caso o Presidente da Assembleia tivesse recebido a comunicação prevista neste n.º 3 do artigo 60º do Regimento, seguramente teria o Deputado ora requerente sido dela informado, pelo que a conclusão óbvia redonda no silêncio “ensurdecedor” por parte da Câmara...-----

8. Ora, as informações requeridas estão disponíveis – disso não temos dúvidas! Qualquer sistema contabilístico minimamente estruturado responde cabalmente ao que se solicitou,-----

9. Importa acentuar que à Assembleia Municipal compete legalmente “...acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal” .-----

Nesse âmbito, é fundamental ter a perceção clara dos custos e encargos dessa atividade.-----

10. Para isso, o momento mais adequado teria sido o final do ano, até para se perspetivar e analisar de forma eficaz o plano e orçamento do ano seguinte entretanto apresentados e aprovados, bem como a sua execução entretanto iniciada.-----

11. Finalmente, fica-se com a ideia clara de que o Executivo não pretende respeitar nem a Assembleia Municipal, nem o próprio Presidente da Assembleia.-----

O mesmo se diga relativamente ao respeito à Oposição como tal, da mesma forma como fez aquando da preparação e aprovação dos Plano e Orçamento para o corrente ano.---

12. Assim, reiteramos, mais uma vez, o pedido de informações anteriormente formulado.-----

Muito respeitosamente, requere-se, outrossim, que este requerimento seja lido no âmbito do “expediente” no período antes da hora do dia da próxima sessão da Assembleia Municipal.”-----

Neste momento foi entregue pelo presidente da Assembleia Municipal, resposta da câmara municipal ao solicitado.-----

REQUERIMENTO APRESENTADO PELA COLIGAÇÃO JUNTOS PELA MÊDA (PPD/PSD.CDS-PP):-----

Pedido de inclusão na ordem de trabalhos do seguinte ponto: Constituição de uma Comissão Municipal de Saúde.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

VOTO DE PESAR - ALBERTO JOÃO PIMENTEL: -----

“Alberto João Pimentel, nasceu na Mêda a 31 de dezembro de 1952 e faleceu no dia 8 de abril, aos 70 anos.-----

O Alberto Pimentel é uma referência e um exemplo para todos que amam a política e que abraçam ideais pela construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais livre.-----

A sua forma cívica e política perdurará na memória de todos de quem sempre se entregou ao Partido Socialista.-----

O Alberto dedicou a sua vida ao partido, tendo sido Presidente da Concelhia e também membro da Assembleia Municipal de Mêda.-----

Alberto foi militar, tendo exercido funções no grupo de Fuzileiros, participando em duas missões na guerra colonial, mais concretamente em Angola.-----

Alberto era um homem de causas, um homem de bem e um amigo do seu amigo. Pelo seu percurso propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

- Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento;-----

- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;-----

- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem”.-----

A Assembleia Municipal de Mêda, por proposta do Partido Socialista, deliberou por unanimidade, mandar lavrar em ata um voto de pesar pelo falecimento de Alberto João Pimentel, e manifestar em nome de todo Órgão Deliberativo, a toda a família as mais sentidas condolências, e observou um minuto de silêncio em memória do falecido.-----

De seguida, o **presidente da Assembleia Municipal**, fazendo uso do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, colocou à admissibilidade a inclusão na ordem de trabalhos do pedido da Coligação, para a criação da Comissão Permanente de Saúde, a ser discutido a seguir ao ponto 2, que obteve a anuência de todos os presentes.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

O presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a ata, tendo a Assembleia Municipal, após algumas observações, aprovado por unanimidade retirar este assunto da ordem de trabalhos e submete-la para a próxima sessão.-----

Pedi a palavra o *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)* para alertar, mais uma vez, para o facto de, neste mandato se realizarem assembleias municipais em que são propostas revisões orçamentais e outros documentos importantes, os quais não são aprovados por minuta, por forma a que possam vigorar com efeitos imediatos, enviando-os, contudo para os órgãos competentes, como por exemplo o Tribunal de Contas, sem que tais documentos estejam legalmente aprovados. Este procedimento é um dos exemplos das ilegalidades que se estão a cometer ao longo deste mandato.----

Usou da palavra o *deputado municipal João Lourenço (PS)* que fez a seguinte intervenção:-----

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa-----

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara-----

Ex.mos Vereadores-----

Ex.mos Colegas Deputados da Assembleia Municipal-----

Ex.mos Municípes, designadamente os eventualmente presentes-----

Na última Assembleia Municipal, dita “Extraordinária”, este adjetivo e qualificação (“extraordinária”) não seria o mais adequado sob o ponto de vista jurídico, como defini na minha intervenção de então.-----

Agora que foi uma sessão verdadeiramente “extraordinária”, no sentido de uma certa anormalidade, quase espúria, lá isso foi!-----

É que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Mourato, acabou por revelar a sua genuinidade por duas vezes:-----

A primeira, quando ameaçou o Deputado Pedro Lourenço com procedimento criminal, por afirmações alegadamente ofensivas, por ele proferidas na sua intervenção na sessão

da Assembleia.-----

Oh Senhor presidente: este é o areópago da democracia autárquica, é o nosso “parlamento” local.-----

O Deputado Pedro Lourenço tem todo o direito de manifestar as suas opiniões e juízos de apreciação relativamente ao Presidente da Câmara e, sinceramente, não me parece que o tenha feito em termos objetivamente ofensivos.-----

Aliás, em boa verdade, depois de V^a. Ex.cia ter sido derrotado clamorosamente em eleições há já alguns anos, é até compreensível que o seu regresso e a consequente vitória nas últimas eleições tenha para si, no seu íntimo, o sabor de uma certa “desforra”...-----

Creio, aliás que qualquer advogado com saber e o mínimo de experiencia forense não teria dúvidas sobre a relativa inocuidade jurídico-penal de tais declarações, sobretudo num contexto de uma sessão da Assembleia Municipal.-----

Lembro-me, a propósito, de intervenções nesta Assembleia, durante o mandato anterior, proferidas por um deputado do seu partido, com acusações e qualificações até mais graves, dirigidas ao anterior Presidente da Câmara e nunca se suscitou sequer reação...-----

Mas a sua atitude intimidatória, Sr. Presidente da Câmara, pelos vistos resultou.-----

Fica, porém, patente “urbi et orbi” a sua tácita confissão relativamente à sua postura...-

De resto, isso ficou mais uma vez demonstrado quando, na mesma Sessão da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, num “à parte” bem audível por todos, na sequência de uma intervenção crítica do Representante do Grupo Municipal do P.S. (o qual, pessoalmente, é o Vice-Presidente da Federação do P.S. no nosso Distrito), fez questão de lembrar que ele é “**funcionário da Câmara**”.-----

Que sentido faz também esta insinuação?-----

Para que constem as tentativas intimidatórias deste Executivo, que, curiosamente, não foram inseridas na ata...-----

A este propósito, e para terminar, após termos celebrado o 25 de Abril, relembro uma frase da Ativista Americana NINA SIMONE:-----

A Liberdade é não ter medo!-----

Celebremos, pois, hoje, como ontem amanhã e sempre a LIBERDADE!”-----

A deputada municipal **Maria Inês Moreira (PS)** começou por assinalar que esta é a última sessão da Assembleia Municipal antes da época alta do turismo em Portugal. Neste sentido recordou o programa eleitoral da Coligação “Juntos pela Mêda” e o seu comprometimento na implementação de ações de reabilitação, divulgação, conservação e respetiva valorização dos centros históricos do concelho.-----

A este propósito perguntou ao edil quais as estratégias pensadas, se é que as há, e quais vão ser implementadas antes do início da época alta, com o pressuposto de atrair turistas e aumentar as receitas do comércio local e da hotelaria.-----

Prosseguiu fazendo notar que ao longo deste ano e meio de mandato foi notória a preocupação do executivo quanto às questões de acessibilidade aos centros históricos do concelho por parte de pessoas com mobilidade reduzida, mormente em Marialva e

Longroiva, porém, a torre do relógio na Mêda, ex-líbris da própria cidade, parece ter sido esquecida. Citou o exemplo de alguém em cadeira de rodas ou com um carrinho de bebé, não consegue chegar à torre.-----

Ainda dentro desta temática trouxe igualmente à colação a falta de sinalética no centro histórico.-----

Recordou também que fazia parte do programa eleitoral da Coligação “Juntos pela Mêda”, o compromisso de reestruturação e reabertura do Museu Municipal. Assim, perguntou se foi feito algum projeto para uma infraestruturas que por si só é dotada de uma diversidade cultural e histórica e que ao não ser utilizada, tornar-se-á num prédio devoluto, já para não falar na possibilidade de criação de mais um posto de trabalho.---

No seguimento de intervenções em sessões anteriores, a *deputada municipal Fabiana Rodrigues (PS)* anotou que, mais ou menos, a dois meses do termino do ano letivo, a escola de música continua em *stand by*.-----

As crianças e jovens continuam com o seu percurso de formação musical interrompido e os seus pais veem o seu investimento desaproveitado.-----

Acrescentou que esta era uma iniciativa que trazia crianças e jovens de outros concelhos, sublinhando que neste momento são os nossos jovens que vão para fora.---

Salientou que o Estágio de Verão é uma atividade desenvolvida pela escola de música, a qual durante os últimos anos tem marcado de forma positiva o concelho.-----

Aduzindo que este ano não se vai realizar o Estágio de Verão, lamentou a falta de jovens e dos seus familiares que todos os anos visitavam e produziam riqueza na Mêda.-----

Argumentou que sem escola de música e sem Estágio de Verão, não é só o concelho que perde, perdem também os jovens e as famílias.-----

Atento o exposto perguntou ao edil qual o ponto de situação da escola de música.-----

O *deputado municipal Pedro Lourenço (PS)*, dirigiu-se ao presidente da Assembleia dizendo desde logo que sendo ele deputado municipal em substituição de um deputado efetivo gostaria que o sr. presidente da Assembleia Municipal esclarecesse o areópago de quais os direitos e deveres de um deputado na sua situação. Até pela leitura do Regimento observou que um deputado em substituição tem os mesmos direitos e deveres que um deputado efetivo.-----

Anotou que esta introdução tem como objetivo deixar vincado o que já foi referido pelo colega de bancada, deputado João Jorge Lourenço, quando referiu que existe uma tentativa de condicionar algumas intervenções. Sendo deputado municipal em substituição sente que existe essa tentativa por parte do executivo.-----

De seguida dirigiu-se ao executivo para perguntar o que é que realmente foi feito desde que foi aprovado o Orçamento para 2023, na sessão de dezembro, até à presente data.-

Reportando-se à sessão de aprovação do Orçamento lembrou ao edil que nessa altura chamou a atenção de todos os presentes, desde executivo a deputados municipais e presidentes de junta, para o facto de considerar que o Orçamento apresentado era um Orçamento bastante fraco principalmente no que diz respeito às verbas disponíveis para as juntas de freguesia.-----

Constatou que os meses vão passando, e os medenses não veem resultados.-----

A este propósito, especificou que os bairros do morro e do barrocal estão num estado lastimável, e as marcações das estradas e das passadeiras continuam por repintar.-----
No tocante à saúde, sublinhou a falta de médicos no centro de saúde, pelo que deu os parabéns à Coligação “Juntos pela Mêda” pela sugestão da criação de uma Comissão Permanente da Saúde, tornando-se esta, quiçá, numa alavanca para trazer um médico de família.-----
Reafirmou que os meses passam e não se vê obra feita.-----
Mostrando-se entusiasmado com o acordo extrajudicial feito entre a Câmara e a empresa concessionária do polo termal de Longroiva, NATURA S.A, solicitou no sentido de ser informado uma vez que nada é referido na informação escrita do sr. Presidente da câmara.-----
Antes de passar a palavra ao deputado municipal João Paulo Andrezo, usou da palavra o **presidente da Assembleia Municipal** para responder ao deputado municipal Pedro Lourenço que os direitos são iguais para todos os deputados com assento na Assembleia Municipal, sejam efetivos ou suplentes.-----
Especificou que os deputados suplentes também foram eleitos. A única diferença entre deputados efetivos e deputados suplentes, é o número de sessões nas quais estão presentes. Mas não será este o caso do sr. deputado.-----
Por fim aproveitou para deixar bem vincado que não existe, por parte do executivo, qualquer condicionalismo às intervenções.-----
Em nome da bancada da **Coligação “Juntos pela Mêda” PPD.PSD/CDS-PP** interveio o *deputado municipal João Paulo Andrezo* no sentido de propor um voto de louvor ao Sporting Clube de Mêda pela recente conquista do campeonato da 2ª Divisão da Associação de Futebol da Guarda – Liga Copialta.-----
O Sporting Clube de Mêda é uma das mais antigas associações do concelho, e que conta hoje com mais de 120 atletas inscritos nos diversos escalões de formação pela Associação de Futebol da Guarda.-----
A conquista deste título no escalão de sénior é também reflexo do trabalho realizado na formação, pois dos 21 atletas inscritos nesta categoria, apenas 3 não fizeram a sua formação no clube.-----
Desta forma saudaram o executivo municipal, na pessoa do seu presidente Dr. João Mourato, por todo o apoio demonstrado ao longo da presente temporada.-----
A terminar fizeram votos que já no próximo dia 30 o Sporting Clube de Mêda conquiste a taça de Honra da Associação de Futebol da Guarda e assim alcance a chamada dobradinha.-----
O *deputado municipal Heitor da Fonseca (PS)* começou por dar nota do seu percurso enquanto deputado municipal, sublinhando que é deputado da Assembleia Municipal vai para seis anos. E se por um lado o facto de residir em Lisboa o limita quanto ao sentir o pulsar efetivo do que vai acontecendo no concelho, por outro lado é algo que lhe permite trazer uma visão exterior complementada com a sua experiência profissional em Gestão, o que se refletiu no plano estratégico.-----
Neste sentido alertou para a falta de estudos que sirvam de base às decisões tomadas.

Observa e constata que esta é uma carência muito grande.-----
Deixou também o alerta/sugestão, para que os recursos sejam usados com mais eficiência.-----
Recordou ainda que ao longo do tempo tem insistido para que seja dada formação técnica quer a nível dos quadros da câmara, quer a nível dos empresários da Mêda, algo que considera muito relevante e para a qual tem feito sugestões.-----
Resumiu que o seu percurso na Assembleia Municipal se tem pautado por críticas, sugestões e muitas vezes pedidos de informação, sempre com o objetivo de ser esclarecido.-----
Complementou que sendo a Assembleia Municipal órgão que dá vida à democracia do nosso concelho, também é aqui que se deveria criar e desenvolver esta dinâmica, porém não é o que está a acontecer.-----
São feitos pedidos de informação e são dadas sugestões para os quais não há resposta.-
São feitos requerimentos formais para os quais não há resposta, felizmente hoje e ao que parece, essa questão foi ultrapassada com a resposta por parte do executivo ao requerimento apresentado pelo seu colega de bancada, deputado João Jorge Lourenço.-
Na sua opinião, e enquanto engenheiro de formação imbuído de um certo pragmatismo, defendeu que é exigido demasiado formalismo aos requerimentos apresentados pela bancada do PS.-----
A terminar defendeu que o executivo deveria mostrar o resultado das suas ações. Deveria haver mais transparência. Citou o exemplo da ExpoMêda, interrogando-se o que é que o concelho ganhou com a realização do certame.-----
Mais uma vez defendeu que o trabalho desta Assembleia é pugnar por uma maior transparência na aplicação dos dinheiros públicos.-----
Concluiu com uma frase do presidente da Assembleia Municipal, Eng. Luís Todo Bom no seu último artigo publicado no Jornal de Negócios, aplicada por ele em termos gerais, mas que se pode bem aplicar ao nosso município: "Estamos a viver uma fase na vida das sociedades desenvolvidas em que a falta de estudo e intelecto é devastadora para o encontro de soluções tanto técnica como científicas que assegurem o nosso futuro próximo".-----
Por fim sugeriu ao executivo que melhore o nível de debate e a qualidade da decisão, mobilizando também a sociedade para a ação, evitando assim caminhar irremediavelmente para a irrelevância.-----
O presidente de junta de freguesia de Longroiva, António Norberto Tairum aludiu ao passado dia 18 do corrente mês, dia internacional dos monumentos e sítios, celebrado pelo município com a inauguração dos “passadiços” do castelo de Marialva e visita às obras do castelo de Longroiva, e que lhe apraz deixar registado que se encontram em fase de conclusão.-----
No tocante ao polo termal de Longroiva, disse ter conhecimento que existe um principio de acordo entre a Câmara Municipal e a empresa NATURA S.A., o que também lhe apraz deixar registado, almejando para breve a reabertura do polo termal.-----
Ainda sobre o castelo de Longroiva, recordou a quem visitou o castelo pode verificar que

existe dentro do mesmo um cemitério inativo e que na sua opinião os restos mortais devem ser trasladados para o cemitério novo, cemitério que também necessita de obras urgentes de ampliação.-----

Apelou ainda ao executivo para que olhe com especial atenção para a falta de saneamento em algumas ruas da freguesia, o que tem causado transtornos a alguns moradores.-----

Por último chamou a atenção do edil para o problema de toponímia. Disse que vai para dez anos que a junta enviou à câmara municipal uma minuta aprovada em assembleia de freguesia sobre a designação das ruas, e que até hoje espera que seja aprovada em reunião de câmara.-----

Está em crer que é um problema de fácil resolução, mostrando-se disponível para ajudar.-----

O deputado municipal **Marco Saldanha (Coligação “Juntos pela Mêda” PPD.PSD/CDS-PP)** começou por anunciar que a sua intervenção tinha como objetivo encerrar o tema de algumas discussões mais acesas que ocorreram na última sessão da Assembleia Municipal.-----

Neste sentido, e tendo em conta a intervenção de hoje, é sua opinião que o deputado João Jorge Lourenço ainda não tirou a pedra do sapato deixada pelo resultado das últimas eleições autárquicas.-----

Quanto a discussões paralelas que o deputado faz agora questão que fiquem vertidas em ata, lembrou que também houve o reverso da medalha, mas o deputado não fez referência a essa situação. Especificou que também o deputado Cláudio Rebelo, na altura, fez uma mensagem do género “trato de ti”.-----

Insurgiu-se contra estas afirmações o deputado municipal **Cláudio Rebelo (PS)** pedindo para que fique em ata que são falsas as afirmações e que prove o que acabou de citar.-

Retomou o uso da palavra o deputado municipal **Marco Saldanha (Coligação “Juntos pela Mêda” PPD.PSD/CDS-PP)** declarando que não queria acender os ânimos, mas as discussões paralelas sempre aconteceram e sempre vão acontecer. Recordou que quando ocorreu a discussão entre os dois intervenientes nem sequer estavam a usar da palavra.-----

Neste momento ausentou-se da sala o deputado municipal Cláudio Rebelo, como forma de protesto.-----

O deputado municipal **Marco Saldanha** opinou que era bom que o deputado municipal Cláudio Rebelo tivesse presente e assinalado o 25 de Abril, tanto no dia de ontem como em muitas das intervenções que tem tido nesta Assembleia, para depois não se arrepender da atitude que acabou de ter.-----

Prosseguiu a sua intervenção reportando-se à rede de transportes, problema de difícil resolução e que tem levado os medenses a assinalar esta situação nas redes sociais.----

Tem conhecimento que a câmara municipal tem feito démarches junto da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – CIM-BSE para que seja criada uma ligação entre o Pocinho e Guarda.-----

Pedi ao executivo para que faça chegar esta informação de forma mais detalhada quer

às bancadas ali presentes, quer aos presidentes de junta, para que estes a façam chegar junto das populações.-----

No que diz respeito à juventude, e à semelhança do fez ontem na sessão comemorativa do 25 de Abril, voltou a apelar para que haja um envolvimento maior por parte da juventude e da população em geral na discussão de determinadas políticas existentes.- A este propósito recordou a aprovação em sessão da Assembleia Municipal do Conselho Municipal da Juventude e que espera que entre em funcionamento o mais rápido possível.-----

Ainda sobre este tema sugeriu ao executivo que no próximo dia 12 de agosto, assinale o dia internacional da juventude.-----

Tendo em conta a situação difícil que o país e as famílias portuguesas, mais concretamente os medenses, estão a atravessar, passou a sugerir as seguintes medidas de apoio: colocação em prática de apoios já aprovados, como é o caso do apoio à natalidade através da publicitação no site institucional de toda a informação necessária para as pessoas se candidatarem; apoios à população sénior através da criação do cartão municipal sénior, que não é nada de novo, mas que poderia ajudar e muito a população mais idosa e vulnerável; colocação também no site institucional das medidas aprovadas em termos de habitação; criação de um regulamento de apoio à fixação de médicos.----

Usou da palavra o **presidente da Assembleia Municipal** que começou por apelar aos deputados uma maior contenção nas intervenções.-----

De seguida sublinhou a intervenção do deputado Heitor da Fonseca, nomeadamente no que diz respeito as questões colocadas tais como: onde é que utilizamos os nossos recursos; como é que avaliamos que as nossas opções; quais são os resultados; para onde é que vamos; o que é que temos que fazer mais. Mais uma vez apelou aos deputados para que se concentrem nestas questões.-----

De seguida usou da palavra o **deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)** que começou a sua intervenção por justificar a sua ausência à sessão solene do 25 de Abril. Frisou que as razões para não ter estado presente este ano, são as mesmas do ano passado. Reiterou que primeiro “fala-se” com as bancadas, são definidas as intervenções e as horas, e só depois é que se publica o programa, mas continuam a fazer o contrário, do que é o protocolo. À semelhança do ano anterior, este ano voltou-se a fazer o mesmo, declarando que enquanto assim for, não participará. Proclamou que respeitar os valores de Abril é respeitar a oposição, até porque não existe democracia sem respeitar a oposição.-----

Complementou que isto é o reflexo do que tem vindo a alertar ao longo das últimas sessões, que é a falta de democracia de que esta casa tem vindo a sofrer. Neste contexto citou o exemplo da vinda do líder do maior partido da oposição, Luís Montenegro, para a qual, mais uma vez, a oposição não foi convidada. Mas mais grave que a falta de convite à oposição, foi a visita por ele feita aos Paços do Concelho. Proclamou que lamentavelmente a sala da democracia se esteja a tornar na sala da partidarite e do PSD. O PS quando estava no poder, recebeu o Primeiro Ministro, Dr. António Costa, além dessa vinda como PM, já veio três vezes ao concelho, como Secretário Geral do Partido

Socialista, e em situação alguma, houve promiscuidade em usar os meios do município para fins partidários, “sabemos que para efeitos protocolares, as altas entidades públicas hierarquizam-se de uma forma em que o líder do maior partido da oposição, tem assento, depois do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República, do Primeiro-Ministro, do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do Tribunal Constitucional, do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo e Presidente do tribunal de Contas, dos Antigos Presidentes da república, depois de todos os Ministros”. Reiterou que enquanto oposição têm direito a ser convidados. Se a oposição quer ou não estar presente, já é outra questão, agora, não convidar é um atentado à própria democracia e um desrespeito à oposição.-----

Deu o exemplo do ex-Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, Pedro Ribeiro, do qual é amigo, mas sabemos o que aconteceu com as publicações que ele fez de caráter partidário na página do município. Como consequência disso, o Ministério Público puniu-o, não podendo exercer cargos públicos durante vários anos e consequentemente, teve que se demitir do cargo de assessor do Primeiro Ministro.-----

O Município de Mêda está a prevaricar cometendo o mesmo delito.-----

O único município do distrito que realizou este tipo de cerimónia foi a Câmara da Mêda.- Ainda aludiu porque razão estava sentado na mesa da cerimónia, o deputado municipal Marco Saldanha? O Porquê? Porque razão os deputados municipais do PS não foram convidados? É este o conceito de democracia? Isto tem outro nome, que não é democracia.-----

Usou da palavra o **presidente da Assembleia Municipal** para pedir ao deputado maior capacidade de resumo.-----

Retomou o uso da palavra o *deputado municipal Cláudio Rebelo* que chamou a atenção do presidente da Assembleia Municipal para o Regimento em vigor, o qual refere que as bancadas têm direito a 45 minutos.-----

Prosseguiu aludindo ao anúncio feito pelo Sr. Paulo Romão no dia 02 de fevereiro – intervenção que não consta da ata de 10 de março, que referiu que a feira medieval de Marialva iria decorrer nos dias 01, 02 e 03 de junho. Passados dois dias, já na BTL, o município anunciou que a feira iria decorrer nos dias 02, 03 e 04 de junho. Mas só passados 20 dias é que foi oficialmente anunciada a data. Ainda a este propósito deu nota que o Sr. Paulo Romão a 02 de fevereiro, também anunciou que iria estar presente na abertura da feira o Presidente da República. Portanto, as coincidências confirmam-se.-----

A propósito da má comunicação feita pelo município, alertou para o outdoor no IP2, em Marialva, que continua em mau estado. Reforçou que estas, tal como outras pequenas coisas, demonstram bem o estado em que está o concelho.-----

Debruçando-se sobre os festejos de natal levadas a cabo pelo município, mostrou-se indignado com os 227 mil euros gastos numa atividade completamente vazia e sem ninguém.-----

Paralelamente lembrou o festival do borrego, atividade de sucesso realizada em plena pandemia como forma de a ajudar a restauração local. Interrogou-se por que é que nos

últimos dois anos não se tem vindo a realizar.-----

Lamentou que haja muitos eventos feitos no passado e aos quais não se está a dar continuidade. Com isto definha o concelho e perdem os medenses.-----

Depois abordou o Programa Condomínios de Aldeia, programa que tem como objetivo dar apoio e resiliência às aldeias localizadas em territórios vulneráveis de floresta, dando nota que o prazo para candidaturas termina a 28 de abril.-----

Assim, questionou se o município se candidatou, e o que é que foi feito nesse sentido.- Aproveitou ainda para perguntar quais as démarches feitas pelo edil em relação ao programa “Roteiro da agenda para o turismo no interior”.-----

Pedi a palavra o *deputado municipal João Zeferino (Coligação “Juntos pela Mêda” PPD.PSD/CDS-PP)* para apelar aos presidentes de junta de freguesia para que divulguem junto dos fregueses afetados pelas intempéries de inverno que termina no dia 19 a medida 3.2.2, e a 26 de maio a medida 6.6.2.-----

Acrescentou que apesar do excesso de precipitação ocorrida no inverno, vai faltar água no verão, pelo que apelava aos presentes, para que em conjunto repensem as fontes de abastecimento de água pública no concelho.-----

Para responder a algumas questões foi dada a palavra ao **presidente da câmara** que desde logo salientou que as diferenças de opinião e de posição são próprias da democracia. Porém, não acha correto utilizarem-se estes princípios para apontar que o seu regresso à Mêda como presidente de câmara nada mais é que um ajuste de contas para com os medenses e funcionários. Isso não pode admitir.-----

Relativamente ao dia internacional dos sítios e monumentos, referiu que o dia foi assinalado pelo município com a visita aos castelos de Marialva e Longroiva, na qual esteve presente a sra. Diretora da Direção Regional da Cultura do Centro, Dra. Suzana Menezes.-----

Quanto à questão colocada pelo presidente de junta de freguesia de Longroiva sobre os cemitérios, explicou que não é só o cemitério de Longroiva que precisa de obras urgentes de alargamento, também o cemitério de Ranhados se encontra na mesma situação.-----

Estão atentos a estas situações e a outras que necessitam de uma resolução urgente, porém, e como é do conhecimento de todos estão constantemente a aparecer obstáculos e novos desafios à governação e gestão autárquica, que muitas vezes não estão programadas.-----

De seguida respondeu à deputada Inês Moreira que Marialva faz parte das Aldeias Históricas de Portugal, a qual tem tido uma evolução muito positiva.-----

Corroborou as preocupações da deputada quanto à mobilidade no centro histórico urbano da cidade, dando nota que estão a equacionar soluções para o acesso à torre do relógio.-----

No tocante ao polo termal de Longroiva, mostrou-se satisfeito por ao final de um ano, e tendo partido do zero, terem chegado a um consenso com a empresa concessionária.--

Felicitou o Sporting Clube de Mêda, sublinhando que no próximo domingo estarão no jogo da Final da Taça, em Vila Franca, a apoiar a equipa.-----

Agradeceu a postura do deputado Heitor da Fonseca nas sessões da Assembleia Municipal, sendo uma mais valia para a mesma.-----

Disse discordar da intervenção do deputado Pedro Lourenço quando refere que as verbas constantes do Orçamento a transferir para as juntas de freguesia são muito reduzidas. As verbas a transferir são razoáveis e está a ser feito um trabalho de apoio por parte do município às juntas no sentido de as ajudar a apresentar candidaturas para financiamento.-----

No que diz respeito à toponímia, assinalou que está a ser feito um regulamento sobre esta matéria.-----

Sobre os transportes, disse que estão a ser encetadas démarches junto dos municípios vizinhos para que seja criada uma rede de transportes que vai desde o Pocinho, passando por Foz Côa, Mêda, Trancoso e Guarda.-----

Concluiu dando nota que o município adquiriu um autocarro de 33 lugares.-----

O presidente da câmara solicitou à mesa que fosse dada a palavra ao Vereador César Figueiredo.-----

Usou da palavra o **vereador César Figueiredo** que desde logo referiu que democracia é respeitar a oposição. Abril é respeitar a oposição e o poder. Agora, virar as costas e bater a porta, não é respeitar Abril.-----

De seguida respondeu às várias questões colocadas pelos deputados sobre a ExpoMêda. Começou por recordar aos deputados que os esclarecimentos sobre esta matéria já foram dados em tempo oportuno, recordando que foi apresentado em sessão da Assembleia Municipal e depois entregue à mesa o resultado de um inquérito feito tanto aos produtores presentes no certame como à população. Caso os deputados não o tenham, mostrou-se disponível para o enviar.-----

Reafirmou intervenções feitas em sessões e reuniões de câmara, dizendo que não têm qualquer gosto em aumentar tarifários, porém foi algo que teve que ser feito por exigência legal e devido a compromissos assumidos pelo anterior executivo. Perante esta explanação, disse não entender a posição da bancada do PS.-----

Sobre a mobilidade, mais concretamente no castelo de Marialva, disse ter tido uma conversa informal com a deputada Dulce Pimenta que lhe transmitiu que as obras feitas em termos de acessibilidade ao castelo, não vão de encontro às necessidades da população, pelo que terão que ser estudadas novas formas de acessibilidade.-----

À deputada Inês Moreira respondeu que está a ser projetado um miradouro para a torre do relógio e melhores acesso para pessoas com mobilidade reduzida.-----

Sobre os bairros do morro e do barrocal, anotou que está a ser feito um novo projeto que contempla não só a colocação de alcatrão nos buracos, mas também redes móveis subterrâneas, águas pluviais separadas dos esgotos e colocação de pontos de resíduos sustentáveis, tudo situações que não estavam contempladas no primeiro projeto e que fizeram com que a empresa concessionária da obra desistisse.-----

Era um projeto orçado em cerca de 200 mil euros, e que neste momento está orçado em 1 milhão e 600 mil euros. Este é um valor que de momento o município não dispõe, terá que ser feita apresentada candidatura a um programa, contudo e por forma a

melhorar a mobilidade dos moradores dos bairros, a solução encontrada foi tapar os buracos.-----

Complementou a intervenção do presidente da câmara sobre os transportes dizendo que só a aquisição do autocarro não resolve o problema, e a criação de uma via que liga o Pocinho à Guarda também não.-----

Defendeu que é necessário criar uma estratégia mais ousada, mas para isso o município vai ter que poder financeiro para investir, algo que neste momento não tem.-----

Ao deputado João Zeferino respondeu que a solução para a falta de água nos meses de verão não passa pelo município repensar novas fontes de abastecimento, mas sim por apelar aos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e São João da Pesqueira para que tenham essa atitude de repensar novas fontes de abastecimento, citando como exemplo o rio Douro.-----

Neste momento o que está a ser projetado em conjunto com a EPAL é tirar pressão da barragem de Ranhados para que o concelho de Mêda não fique sem água.-----

Quanto a novos furos artesianos, esse é um trabalho que está a ser feito pela EPAL com autorização do município, em vários pontos do concelho. Assinalou que na freguesia da Coriscada já foi feito um furo.-----

No que diz respeito ao polo termal e a todo o processo para resolução do contrato com a empresa NATURA, resumiu que num primeiro passo foi feita uma proposta à empresa NATURA para resolução do contrato, a qual a NATURA recusou tendo interposto uma ação judicial contra o município. O município contestou a ação judicial alegando que em 2003 foram transferidos para a NATURA entre 73/74 mil euros para fazer face a benfeitorias e melhorias realizadas pela empresa no polo termal. Já entre 2015 e 2017 foi feita mais uma transferência para a NATURA no valor de 250 mil euros resultantes de um acordo judicial, acordo que a oposição, à época, não teve qualquer conhecimento.-----

Neste momento e após uma auditoria aos equipamentos o município e a NATURA chegaram a um acordo no qual as rendas de 2020/2021 e 2022 não são tidas em conta. Deste acordo resulta que o valor pedido pela NATURA ao município de 200 mil euros passa para 150 mil euros.-----

Este acordo obteve homologação judicial na semana passada, estando neste momento a decorrer a transação do polo termal para o município.-----

Nos trinta dias subsequentes à homologação vai ser elaborado um protocolo com vista a assegurar situações como a utilização da água termal, do gás e do Schiller por parte das duas entidades.-----

Sobre o polo termal de Longroiva usou da palavra o **presidente da Assembleia Municipal** que tendo em conta a sua experiência enquanto presidente do Fundo de Turismo há alguns anos atrás, deu os parabéns ao edil pelo acordo com a empresa NATURA, algo que considera ser uma mais valia para o concelho, almejando que as termas reabram ainda este ano.-----

A terminar assinalou que o concelho possui dois grandes ativos em termos turísticos: o hotel termal e as termas e Marialva.-----

Na sua opinião deveria ter um terceiro, algo que está a tentar que tenha, a ver se consegue.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

(Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal).-----

O **presidente da Assembleia** introduziu o ponto número um da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para alguma informação adicional que seja necessária.-----

O **presidente da câmara** começou por abordar a questão dos quadros comunitários aos quais o município pode apresentar candidaturas.-----

Explicou que neste momento estão a ser delineadas estratégias para o município no âmbito do Portugal 2030, tendo sempre em conta o montante total transferido para a CIM-BSE, neste caso 109 milhões.-----

Sabendo que fazem parte da CIM-BSE quinze municípios, e que a CIM também tem uma fatia do bolo, as verbas a transferir vão ser desiguais. Os grandes municípios como a Guarda, Fundão, Covilhã e Seia, tentam para que a verba seja repartida de acordo com o FEF de cada município, o que obviamente vai prejudicar os municípios mais pequenos, como é o caso da Mêda.-----

Prosseguiu dando nota que as obras de requalificação da estrada Santo Amaro – Cancelos – Areola, obra orçada em cerca de 600 mil euros e mesmo não havendo apoios financeiros, vai ser uma realidade.-----

Anotou que a reabertura do centro de formação musical está um pouco atrasada devido a alguns diferendos com a empresa patrocinadora, assinalando reabrirá em breve.-----

Tem havido uma adesão significativa ao Balcão Único do Prédio – BUPi, registando nesta altura mais de duzentos e vinte e três registos.-----

No que diz respeito à ação social, registou a operação às cataratas de mais doze medenses.-----

O programa das festas da cidade já está em preparação.-----

Deu nota que os próximos meses vão ser meses de grande atividade cultural com o festival de folclore, mais uma edição da feira do mundo rural, e ainda a feira medieval de Marialva que vai decorrer nos dias 02, 03 e 04 de junho.-----

A terminar fez saber que enviou convite ao Presidente da República para a abertura da Feira Medieval, estando a aguardar resposta.-----

Sobre este ponto pediu a palavra o *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)* que abordando as cerimónias do dia Internacional dos Monumentos e Sítios, lamentou que o “passadiço” inaugurado não possibilite a acessibilidade ao castelo de Marialva para pessoas com mobilidade reduzida. Reforçou que é lamentável que, em pleno Século XXI não seja possível a pessoas com mobilidade reduzida aceder ao interior do castelo de Marialva.-----

Abordou a presença do município na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL, sublinhando que ninguém vai à BTL para depois vir à Mêda.-----

Neste sentido reforçou a intervenção do seu colega deputado Heitor da Fonseca quando referiu que é necessário olhar para o retorno das coisas. Aproveitou para questionar quais foram os critérios dos convidados pelo município de Mêda-----

Da leitura do documento em apreço verifica que os meses de fevereiro e março são meses sem atividades culturais. Isto já acontecia durante o mandato anterior e acontece agora, aproveitando para referir que enquanto membro da Assembleia Intermunicipal da CIM-BES sempre criticou e continua a criticar que se realizem no mesmo fim de semana certames idênticos sem qualquer planificação por parte dos municípios integrantes da CIM-BSE.-----

A este propósito debruçou-se sobre a ExpoMêda, dizendo que verifica que a grande maioria dos visitantes dos certames que se realizam nos meses de fevereiro e março, são pessoas do litoral, pelo que defendeu que a ExpoMêda deixe de se realizar apenas para consumo interno, através do repensar da data por forma a atrair mais turistas e forasteiros. Apesar de ser contra a realização deste tipo de certames, sugeriu ao executivo que repense a data de realização da ExpoMêda, por forma a ter algum sucesso, não declinando a articulação com os concelhos vizinhos.-----

Por falar em concelhos vizinhos e já que gostavam tanto de referir no passado o concelho de Sernancelhe, mas que agora já não falam, vejam a política de incentivos à fixação de pessoas, através de políticas de apoio à natalidade e também a participação em apoios sociais, exemplo disso 400 euros de apoio em despesas de medicação/por pessoa.-----

Seguidamente alertou para o encerramento do parque de campismo na 2ª feira de Páscoa. Tem conhecimento que seis autocaravanas estavam em Marialva com os seus proprietários revoltados porque nem no site, nem em lado algum foi disponibilizada, por parte do município, informação de que estava encerrado o parque de campismo. Complementou que isto não é estratégia nenhuma, muito menos de turismo.-----

Enquanto líder da bancada do PS, mostrou disponibilidade para apelar junto do Ministro da Cultura em prol do bem do concelho.-----

Disse ter conhecimento que na última reunião do conselho se começou a desenhar o novo quadro comunitário, e também tem conhecimento que o presidente da câmara, Dr. João Mourato, não fez qualquer intervenção, algo que os deve preocupar enquanto medenses.-----

Assim dirigiu-se ao edil apelando para que seja mais interventivo neste âmbito, para que as verbas sejam distribuídas de forma equitativa, e não sejam sempre os grandes concelhos a ficar com a maior fatia do bolo. Referiu que a Mêda tem que ter voz na CIMBSE, deu o exemplo da linha de apoio à valorização do comércio do parque natural da serra da estrela, programas que, na sua opinião, têm que chegar ao nosso território.-

Por último, pediu o ponto de situação do programa 1º Direito e também sobre o programa Bairros Saudáveis.-----

Sobre a presença do município na BTL, interveio o **presidente da Assembleia Municipal**

sublinhando que a participação na BTL pode ser algo altamente lucrativo desde que bem explorado.-----

Tendo em conta a sua experiência na área do turismo há mais de 40 anos, mostrou-se disponível para ajudar a preparar a próxima participação do município na BTL.-----

De seguida foi dada a palavra ao *deputado municipal Marco Saldanha (Coligação “Juntos pela Mêda” PPD.PSD/CDS-PP)* que, reportando-se à intervenção do deputado Cláudio Rebelo sobre a vinda do líder do PSD, Luis Montenegro à Mêda, elogiou a forma como se recebem as figuras de estado, sejam elas do PSD, do PS ou CDS. E o Salão Nobre é o local indicado para receber figuras de estado. Contudo reconheceu que existiu falha por parte do município nos convites à oposição.-----

Sobre os gastos com os festejos natalícios, disse ter feito uma pesquisa rápida no basegov.pt que lhe permitiu verificar que os gastos com a iluminação foram cerca de 38 mil euros e o parque Natal custou cerca de 52 mil euros. O total são cerca de 90 mil euros.-----

Fez questão de deixar vincada esta informação para que não sejam feitas afirmações como o deputado Cláudio Rebelo fez de que foram gastos cerca de 200 mil euros. Não é verdade.-----

De seguida corroborou a intervenção do deputado Cláudio Rebelo quanto ao turismo, nomeadamente os alertas que deixou.-----

No tocante ao processo de transação do polo termal de Longroiva, reconheceu o trabalho e o desgaste que o executivo municipal teve durante as negociações. Este problema foi herança deixada pelo anterior executivo, mas que finalmente vai ter resolução.-----

António João Moreira, em substituição do presidente da junta de freguesia da Coriscada, Mário Domingues, começou por anunciar que a sua intervenção se prende com algumas questões ali focadas, nomeadamente os pontos de água, resíduos e mobilidade.-----

Relativamente à mobilidade, chamou a atenção para os paralelos que são deixados nas bermas da estrada aquando do levantamento de calçada para arranjo de condutas de água. Os paralelos são deixados durante meses na berma da estrada o que dificulta a mobilidade dos transeuntes, e em freguesias como a Coriscada onde a grande maioria da população são idosos, tornam-se verdadeiros obstáculos para a mobilidade.-----

No que diz respeito à água, e como é do conhecimento de todos, a luta dos povos vai ser pela água. Neste sentido anotou que na freguesia de Coriscada existe um lençol de água, mais concretamente no Prado, no qual já existe um poço público, que pensa que é propriedade da câmara municipal, pelo que apelava ao edil para em conjunto com a junta de freguesia proceder à limpeza daquele espaço e colocar uma autobomba para, quando necessário, satisfazer as necessidades da população e também dos bombeiros.- Acrescentou que junto a esse poço foi feito um furo artesiano, sendo que a deslocação da máquina que executou o furo provocou danos no caminho privando proprietários de aceder às suas propriedades.-----

Ainda sobre o fornecimento de água na freguesia, disse que o executivo já tem

conhecimento que alguns residentes em bairros superiores se queixam da falta de pressão na água. Os serviços municipais já se deslocaram ao local para fazerem a medição junto aos contadores, limitando-se a ficar do lado de fora, não se deslocaram ao interior das habitações para verificar se existe o não pressão.-----

Concorda que não seja um problema de fácil resolução, mas defendeu que enquanto medenses pagam a sua água, pelo que têm direito a ter caudal suficiente para os equipamentos que têm em suas casas.-----

De seguida abordou a questão da estratégia para o património, assunto já ali abordado em intervenções anteriores.-----

Aventou que é do conhecimento de todos o seu sentimento pessoal pelo projeto do Vale do Mouro.-----

Defendeu que se impõe agora e neste mandato deixar uma marca neste valoroso património.-----

No seu ponto de vista este é um ponto forte para o incremento de fixação de pessoas, turismo local e regional.-----

Complementou que este é um projeto que faz parte do D, D de progresso, desenvolvimento local e criação de emprego.-----

Reforçou que é esta a altura exata para avaliar, planear ação com parceiros, mostrando-se disponível para colaborar.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2022, DO MUNICÍPIO DE MÊDA:-----

O **presidente da Assembleia** prosseguiu com o **ponto dois** da ordem de trabalhos.-----

Antes de passar a palavra ao presidente da câmara para apresentar os documentos, interveio o **presidente da Assembleia Municipal** para fazer uma breve apresentação do relatório.-----

Começou por referir que o relatório apresentado é muito detalhado com as várias rubricas completamente explicadas.-----

Especificou que leu todo o relatório e por isso tem noção do que lá está. Espera que os deputados também tenham lido o relatório que vai ser apresentado e que marca a presença do município na área financeira.-----

Fazendo uma breve apresentação das contas em discussão o **presidente da câmara** começou por dar nota que a conta de gerência do ano de 2022 evidencia que o Município de Mêda consolidou a sua situação financeira, conforme demonstrado nos indicadores apresentados no relatório de gestão.-----

A execução orçamental regista um grau de execução da receita e da despesa de 76% e 65%, respetivamente.-----

No que respeita às rubricas correntes registam-se níveis de execução de 101% e 82% respetivamente na receita e na despesa.-----

Ao nível da execução das rubricas de capital registaram-se execuções da receita e da despesa, respetivamente, de 25% e 42%. O menor grau de execução das rubricas de capital encontra-se relacionado com o atraso na empreitada da Área de Acolhimento

Empresarial, bem como no atraso no arranque das medidas previstas no PRR.-----

A receita total arrecadada ascendeu a 9,39 milhões de euros, correspondendo 8,13 milhões de euros a receitas correntes e 1,24 milhões de euros a receitas de capital.-----

No que respeita à despesa, a despesa total paga cifrou-se nos 10,13 milhões de euros, sendo 7,36 milhões de euros respeitantes a despesas correntes e 2,77 milhões de euros a despesas de capital.-----

O saldo da execução orçamental de 2022 foi negativo em sensivelmente 740 mil euros, estando diretamente associado à redução da dívida total.-----

A dívida total regista uma redução de 775 mil euros comparativamente com o final de 2021, fixando-se a dívida total do município, no final de 2022, em dois milhões setecentos e trinta e sete mil euros, registando uma capacidade de endividamento superior a 8 milhões de euros.-----

O resultado líquido do exercício, ligeiramente superior ao registado no ano anterior, cifrando-se em 206 mil euros. Este resultado tem especial relevo considerando que em 2022 se registou uma taxa de inflação muito elevada, bem como o aumento dos salários, designadamente do salário mínimo e a atualização das tabelas remuneratórias dos técnicos superiores.-----

Em suma, os resultados obtidos na execução do orçamento de 2022 permitem concluir do rigor da gestão autárquica, com especial reflexo na redução do passivo, que regista o valor mais baixo da última década.-----

Adicionalmente, conclui-se que por força da retoma económica associada ao período pós pandemia covid-19 a execução orçamental não permite libertar fundos que permitam alavancar os novos investimentos estruturais para o concelho de Mêda.-----

Esta situação forçará o Município de Mêda a alterar a sua política de endividamento, promovendo o recurso ao crédito por forma a criar condições de alavancagem dos referidos investimentos estruturais, sejam eles cofinanciados ou suportados pelos recursos próprios do município.-----

Estamos cientes que os anos de 2023 e seguintes irão ser marcados por uma alteração de paradigma na gestão autárquica, com a realização de investimentos financiados pelo PRR e PT2030, bem como com a realização de outros investimentos não cofinanciados, designadamente a reabilitação de edifícios e da rede viária.-----

Para intervir sobre este ponto usou da palavra o *deputado municipal Marco Saldanha (Coligação “Juntos pela Mêda” PPD.PSD/CDS-PP)* começou por referir que o grupo municipal da Coligação “Juntos pela Mêda” vota a favor desta prestação de contas, deixando a ressalva que devem sempre ambicionar por uma maior taxa de execução.---

No que diz respeito ao nível de liquidez, tal como acabou de referir o sr. presidente da câmara, o município continua de boa saúde financeira o que permitiu a redução da dívida existente permitindo que no futuro se pense na execução e outros investimentos já ali traçados pelo presidente e pelo vice-presidente.-----

Por sua vez o *deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS)* referiu que desde logo perceberam qual é a estratégia, uma vez que vai ser permitido pelo governo um maior endividamento às autarquias, pelo que é bem perceptível qual a estratégia adotada

pelo executivo.-----

Anotou que de certa forma está refletido no documento o que vai acontecer para que as coisas se executem até ao final do mandato.-----

Sobre o documento em concreto, referiu que existem nele questões que lhe deixam algumas dúvidas.-----

Uma delas tem a ver com a dívida a fornecedores, que disparou. Portanto, a dívida era de 140 mil euros, em 2022 passou para 227 mil euros. Das conversas que tem tido com os comerciantes também depreende que se têm feito menos compras localmente. Isto tem sido uma pratica deste executivo, levando ao encerramento de algumas casas.-----

Fazendo a comparação dos documentos com o ano de 2021, considerou que há alguns valores de 2021 que precisam de ser esclarecidos, como é o caso da rubrica – outros serviços – que em 2021 tinha uma verba de 96 mil euros e que agora disparou para 614 mil euros, pelo que gostaria de saber qual a razão desta alteração.-----

Em despesas correntes houve um aumento de 830 mil euros. Deduz que estes 830 mil euros sejam para festas e festinhas.-----

Por outro lado, verifica uma diminuição na atribuição de dinheiro às associações.-----

Disse que o documento obriga a uma análise mais profunda do que aquela que teve a oportunidade de fazer tendo em conta o tempo que teve para os analisar, pelo que muitas dúvidas ficarão por tirar.-----

Assim apelou mais uma vez ao presidente da Assembleia Municipal para que os documentos cheguem com mais antecedência aos deputados.-----

Disse que não vota contra esta prestação de contas, porém a bancada é livre.-----

Aludiu ao requerimento apresentado há 145 dias, parte do que lá era pedido era a informação contabilística que o presidente da câmara acabou de referir. Mas demoraram cinco vezes mais. Portanto quando a oposição diz que as coisas não funcionam em tempo útil é porque não funcionam mesmo.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** respondeu ao deputado Cláudio Rebelo que apesar de o documento ser composto por mais de trezentas, é de fácil análise uma vez que tem muita coisa não aplicável.-----

Reforçou e sublinhou que o documento foi enviado com uma semana de antecedência.-

Voltou a usar da palavra o *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)* para complementar a sua intervenção anterior, saudando a taxa de execução, realçando que de facto é melhor que a dos anos anteriores. Sublinhando que é perçetível o porquê desta taxa de execução.-----

Concluiu lembrando que os anos agora referidos, foram anos de pandemia, em que o anterior executivo esteve impedido de fazer o que quer que fosse. Assim, é altura de se falar verdade e acabar com demagogia sobre este tema, que se esclareça de uma vez por todas o que levou aos anteriores anos de pandemia a(s) taxa(s) de execução terem ficado aquém do esperado.-----

Por isso era bom que também não se fizesse demagogia sobre isso.-----

Após as intervenções prestadas sobre o assunto em título, o **presidente da câmara** revelou que não pretende entrar em contendas fúteis e inúteis.-----

De seguida registou que estão a fazer o que é possível fazer mesmo com os obstáculos que vão surgindo.-----

A Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 18 votos a favor e 8 abstenções, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2022, do Município de Mêda.-----

Anota-se que se abstiveram João Jorge Lourenço, Cláudio Heitor Rebelo, Dulce Ramos Pimenta, José Heitor da Fonseca, Pedro Miguel Lourenço, Maria Inês Moreira, Fabiana Almeida Rodrigues e Filomena Ramos;-----

PONTO 3 – CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE:-----

Para apresentar a proposta foi dada a palavra ao *deputado municipal João Zeferino (Coligação “Juntos pela Mêda” PPD.PSD/CDS-PP)* que começou por referir a constituição desta Comissão tem como finalidade fazer uma abordagem sobre um tema que é marcante e sensível para todos os medenses.-----

Apelou ao Partido Socialista para aderir e colaborar com esta Comissão em prol do bem estar de todos os medenses.-----

Interveio o *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)* que elogiou a iniciativa da Coligação.-----

Enquanto líder do grupo municipal do PS disse estarem disponíveis para fazer o alinhamento do trabalho, adiantando estarem disponíveis para uma reunião de trabalho, mas que reserva a possibilidade de ser constituída uma comissão. No passado foram contra a constituição de comissões e mantém a mesma opinião, uma vez que as mesmas encarecem o município, mas que aplaude a criação de um grupo de trabalho em prol do tema da saúde e que o PS não será entrave para melhorar a Saúde no concelho.-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição de uma Comissão Municipal de Saúde.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Luis Manuel Pêgo todo Bom, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

Pelas 11h56m, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia. -----